

Nota de enquadramento à norma de redução remuneratória

1. A norma da redução remuneratória assegura uma diminuição global de 5% na despesa com remunerações, conjugando-se com o impedimento de quaisquer valorizações remuneratórias (incluindo mudanças de posicionamento remuneratório e promoções) e com o congelamento de admissões, entre outras normas.
2. A redução remuneratória incide, apenas, sobre as remunerações totais ilíquidas de valor mensal superior a € 1.500,00, encontrando-se isentas de redução todas as remunerações totais de valor inferior.
3. As remunerações totais ilíquidas são as que resultam da soma das prestações pecuniárias sujeitas a desconto para a Caixa Geral de Aposentações, I. P. ou para a Segurança Social, consoante o sistema de protecção social de cada trabalhador.
4. Atendendo à sua natureza, não são considerados para o cálculo das remunerações totais ilíquidas os montantes relativos a subsídio de refeição, a ajudas de custo e a subsídios de transporte ou de reembolso de despesas nos termos da lei.
5. Não são, também, considerados na remuneração total os subsídios, suplementos remuneratórios, gratificações e outras prestações pecuniárias sobre os quais não incida desconto para a Caixa Geral de Aposentações, I. P. ou para a Segurança Social, aplicando-se-lhes uma redução autónoma de 10%.
6. São sujeitas a esta redução as remunerações dos titulares de cargos políticos e de órgãos independentes, de Juizes e Magistrados, de membros do Governo, de dirigentes, gestores públicos e trabalhadores de institutos de regime geral ou especial, de empresas públicas de capital maioritariamente público, de

Militares, de membros de gabinetes e de trabalhadores da administração central, regional e local, de órgãos de gestão e de gabinetes de apoio, de Fundações Públicas e de todos os estabelecimentos públicos.

7. No caso dos cargos políticos, dos gestores públicos e equiparados, dos membros das Casas Civil e Militar do Presidente da República, dos gabinetes dos membros do Governo e dos Governos Regionais e dos gabinetes de apoio pessoal dos presidentes e vereadores de câmaras municipais e dos governos civis, esta redução é cumulativa com a redução de 5% prevista na Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho e na Lei nº 47/2010, de 7 de Setembro.
8. A taxa de redução a que as remunerações totais são agora sujeitas varia entre 3,5% e 10%.
9. A taxa de redução de 3,5% aplica-se às remunerações totais cujos valores se situem entre € 1.500,00 e € 2.000,00 (exclusive), garantindo que dessa redução nunca resultam remunerações inferiores a € 1.500,00 (nesses casos a redução assume apenas o valor que assegura aquela remuneração).
10. A taxa de redução de 10% aplica-se às remunerações totais cujos valores se situem acima dos € 4.200,00.
11. Às remunerações cujos valores se situem entre € 2.000,00 e € 4.200,00, a redução resulta da aplicação da taxa de 3,5% sobre o montante de € 2.000,00 e de uma outra sobre o montante da remuneração que exceda esse valor, daí resultando uma redução total cuja taxa se situa entre um mínimo de 3,5% e um máximo de 10%, conforme se demonstra no quadro exemplificativo anexo.

| Valor da remuneração total | Valor da redução | Taxa |
|----------------------------|------------------|--------|
| 1.000,00 | 0,00 | 0,00% |
| 1.050,00 | 0,00 | 0,00% |
| 1.100,00 | 0,00 | 0,00% |
| 1.150,00 | 0,00 | 0,00% |
| 1.200,00 | 0,00 | 0,00% |
| 1.250,00 | 0,00 | 0,00% |
| 1.300,00 | 0,00 | 0,00% |
| 1.350,00 | 0,00 | 0,00% |
| 1.400,00 | 0,00 | 0,00% |
| 1.450,00 | 0,00 | 0,00% |
| 1.500,00 | 0,00 | 0,00% |
| 1.550,00 | 50,00* | 3,50% |
| 1.600,00 | 56,00 | 3,50% |
| 1.650,00 | 57,75 | 3,50% |
| 1.700,00 | 59,50 | 3,50% |
| 1.750,00 | 61,25 | 3,50% |
| 1.800,00 | 63,00 | 3,50% |
| 1.850,00 | 64,75 | 3,50% |
| 1.900,00 | 66,50 | 3,50% |
| 1.950,00 | 68,25 | 3,50% |
| 2.000,00 | 70,00 | 3,50% |
| 2.050,00 | 78,00 | 3,80% |
| 2.100,00 | 86,00 | 4,10% |
| 2.150,00 | 94,00 | 4,37% |
| 2.200,00 | 102,00 | 4,64% |
| 2.250,00 | 110,00 | 4,89% |
| 2.300,00 | 118,00 | 5,13% |
| 2.350,00 | 126,00 | 5,36% |
| 2.400,00 | 134,00 | 5,58% |
| 2.450,00 | 142,00 | 5,80% |
| 2.500,00 | 150,00 | 6,00% |
| 2.550,00 | 158,00 | 6,20% |
| 2.600,00 | 166,00 | 6,38% |
| 2.650,00 | 174,00 | 6,57% |
| 2.700,00 | 182,00 | 6,74% |
| 2.750,00 | 190,00 | 6,91% |
| 2.800,00 | 198,00 | 7,07% |
| 2.850,00 | 206,00 | 7,23% |
| 2.900,00 | 214,00 | 7,38% |
| 2.950,00 | 222,00 | 7,53% |
| 3.000,00 | 230,00 | 7,67% |
| 3.050,00 | 238,00 | 7,80% |
| 3.100,00 | 246,00 | 7,94% |
| 3.150,00 | 254,00 | 8,06% |
| 3.200,00 | 262,00 | 8,19% |
| 3.250,00 | 270,00 | 8,31% |
| 3.300,00 | 278,00 | 8,42% |
| 3.350,00 | 286,00 | 8,54% |
| 3.400,00 | 294,00 | 8,65% |
| 3.450,00 | 302,00 | 8,75% |
| 3.500,00 | 310,00 | 8,86% |
| 3.550,00 | 318,00 | 8,96% |
| 3.600,00 | 326,00 | 9,06% |
| 3.650,00 | 334,00 | 9,15% |
| 3.700,00 | 342,00 | 9,24% |
| 3.750,00 | 350,00 | 9,33% |
| 3.800,00 | 358,00 | 9,42% |
| 3.850,00 | 366,00 | 9,51% |
| 3.900,00 | 374,00 | 9,59% |
| 3.950,00 | 382,00 | 9,67% |
| 4.000,00 | 390,00 | 9,75% |
| 4.050,00 | 398,00 | 9,83% |
| 4.100,00 | 406,00 | 9,90% |
| 4.150,00 | 414,00 | 9,98% |
| 4.200,00 | 420,00 | 10,00% |

* valor de redução que assegura a remuneração de € 1.500,00

Artigo

Redução remuneratória

- a) A partir de 1 de Janeiro de 2011 são reduzidas as remunerações totais ilíquidas mensais de valor igual ou superior a € 1.500,00, nos seguintes termos:
 - a) 3,5% sobre o valor total das remunerações iguais ou superiores a € 1.500,00 e inferiores a € 2.000,00;
 - b) 3,5% sobre o valor de € 2.000,00 acrescido de 16% sobre o valor da remuneração total que exceda os € 2.000,00, perfazendo uma taxa global que varia entre 3,5% e 10%, no caso das remunerações iguais ou superiores a € 2.000,00 e inferiores a € 4.200,00;
 - c) 10% sobre o valor total das remunerações iguais ou superiores a € 4.200,00.
- b) Para efeitos do disposto no presente artigo, consideram-se remunerações totais ilíquidas as que resultam do valor agregado de todas as prestações pecuniárias que são objecto de desconto para a Caixa Geral de Aposentações, I. P. ou para a Segurança Social.
- c) Todos os subsídios, suplementos remuneratórios, gratificações e demais prestações pecuniárias, designadamente senhas de presença, abonos, despesas de representação e trabalho suplementar, extraordinário ou em dias descanso e feriados, sobre os quais não incida o desconto previsto no número anterior, são reduzidos em 10%.
- d) Para efeitos do disposto no presente artigo não são considerados os montantes abonados a título de subsídio de refeição, ajuda de custo, subsídio de transporte ou o reembolso de despesas efectuado nos termos da lei.
- e) Quando se trate de gratificações ou outras prestações pecuniárias, designadamente senhas de presença e abonos, pagas a trabalhador independente ou a trabalhador dependente contratado por entidade diferente daquela que assegure o pagamento da remuneração base ou retribuição principal, são as mesmas reduzidas em 10%.
- f) Aos sujeitos indicados no n.º 9 do presente artigo não é aplicável o disposto nos n.ºs 3 e 5 quando estes demonstrem que a sua remuneração total ilíquida, inclusive nos casos em que o pagamento da mesma é assegurado por várias entidades, seja inferior a € 4.200,00, caso em que essa remuneração total é reduzida nos termos do n.º 1.

- g) Nos casos em que da aplicação do disposto no presente artigo resultasse uma remuneração total ilíquida inferior a € 1.500,00, aplica-se apenas a redução que assegure o percebimento daquele valor.
- h) A redução remuneratória prevista no presente artigo aplica-se de forma cumulativa com as reduções previstas nos artigos 11.º e 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, e na Lei n.º 47/2010, de 7 de Setembro.
- i) O disposto no presente artigo prevalece sobre todas as disposições legais, gerais ou especiais, e convencionais contrárias, sendo directa e imediatamente aplicável aos titulares dos cargos e demais pessoal de seguida identificado:
 - a) O Presidente da República;
 - b) O Presidente da Assembleia da República;
 - c) O Primeiro-Ministro;
 - d) Os Deputados à Assembleia da República;
 - e) Os membros do Governo;
 - f) Os Magistrados judiciais e do Ministério Público, Juizes do Tribunal Constitucional e Juizes do Tribunal de Contas;
 - g) Os Representantes da República para as regiões autónomas;
 - h) Os deputados às Assembleias Legislativas das regiões autónomas;
 - i) Os membros dos governos regionais;
 - j) O Governadores e Vice-governadores civis;
 - k) Eleitos locais;
 - l) Titulares de outros órgãos independentes;
 - m) Os membros e os trabalhadores dos gabinetes, dos órgãos de gestão e de gabinetes de apoio, dos titulares dos cargos e órgãos das alíneas anteriores, incluindo os dos grupos parlamentares;
 - n) Militares das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana;
 - o) Pessoal dirigente dos serviços e organismos da Administração central, regional e local do Estado, bem como o pessoal em exercício de funções equiparadas para efeitos remuneratórios;
 - p) Gestores públicos, ou equiparados, que sejam membros dos conselhos directivos ou de administração dos institutos públicos de regime geral e

especial, das empresas públicas de capital maioritariamente público, das entidades públicas empresariais e das entidades que integram o sector empresarial regional e municipal;

- q) Trabalhadores que exercem funções públicas das administrações central, regional e local, em qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 3.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro;
- r) Trabalhadores dos institutos de regime especial previstos no artigo 48.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de Abril;
- s) Trabalhadores das empresas públicas de capital maioritariamente público, das entidades públicas empresariais e das entidades que integram o sector empresarial regional e municipal;
- t) Outros trabalhadores das Fundações Públicas e dos estabelecimentos públicos não abrangidos pelas alíneas anteriores.